



SENADO FEDERAL

OFÍCIO Nº S/20, DE 2008

Ofício n. 558 /GP

Brasília, 05 de agosto de 2008.

A Sua Excelência o Senhor
Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que o Ministro Gilson Langaro Dipp foi eleito por esta Corte em Sessão Plenária realizada nesta data, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2008/2010, em conformidade com o que dispõe o inciso II do art. 103-B da Constituição Federal.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência protestos de elevada consideração.

Assinatura manuscrita de Cesar Asfor Rocha.

Ministro CESAR ASFOR ROCHA
Presidente em exercício

Gilson Langaro Dipp

Dados Pessoais

Nascimento: 1 de outubro de 1944, em Passo Fundo-RS.

Filiação: Daniel Dipp e Helena Langaro Dipp.

Estado civil: casado

Cônjuge: Luisa Arruda Dipp.

Filhos: Mariana Arruda Dipp, Lúcia Tschiedel Dipp e Gibran Tschiedel Dipp.

Identidade: 7.029.768.004 – SSP/RS

CPF: 070.200.580-00

Endereço: SQS 302 Bloco D ap. 302 – CEP: 70.338-040

Telefones: (61) 3323-2937 resid. / (61) 8112-8015 cel.

E-mail: gab.gilson.dipp@stj.jus.br

Formação Acadêmica

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1968.

Funções Atuais

Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 29/6/1998.

Coordenador-Geral da Justiça Federal. Biênio: 6/2007 – 6/2009.

Membro do Conselho de Administração.

Membro da Comissão de Coordenação.

Presidente da Comissão de Estudos relativos aos crimes de lavagem de dinheiro – Conselho da Justiça Federal.

Principais Atividades Exercidas

Advocacia:

Exerceu a advocacia no período de 1968 a 1989

Magistratura:

Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a partir de 30/4/1989

Presidente da 3ª Turma do TRF da 4ª Região no período de abril/1989 a junho 1991.

Membro efetivo do Conselho de Administração do TRF da 4ª Região, desde junho/1989.

Membro Titular do Tribunal Regional Eleitoral, nos períodos de 1995 a 1997.

Presidente do TRF da 4ª Região – Biênio 21/6/1993 a 21/6/1995.

Membro integrante do Conselho da Justiça Federal, a partir de 21/6/1993, data de sua posse como Presidente do TRF da 4ª Região.

Presidente da 5ª Turma do STJ – Biênio 7/2002 – 7/2004.

Presidente da 3ª Seção do STJ – Biênio 2005 – 2007 – 1/08/2008 a 13/06/2007

Magistério:

Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – atualmente licenciado.

Outras atividades

Comissões:

Membro da Comissão de Regimento Interno do TRF da 4ª Região, tendo participado da sua elaboração em 1989.

Presidente da Comissão de Regimento Interno do TRF da 4ª Região em 1989.

Membro da Comissão para elaborar o Edital de concurso público para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto da 4ª Região, Ato 032, de 30/5/1989.

Presidente da Comissão para coordenar sugestões formuladas pelos Magistrados ao

AnteProjeto da Lei Orgânica da Justiça Federal de 1º e 2º Graus e acompanhar a tramitação da referida Lei no Congresso Nacional - Ato nº 159, de 6/10/1989. Representante do TRF da 4ª Região para assuntos Legislativos na Comissão integrada por membros Tribunais Regionais Federais.

Presidente da Comissão criada no sentido de estabelecer o nível de escolaridade necessário para preenchimento do grupo DAS do TRF da 4ª Região - Portaria nº 047, de 21/10/1990.

Membro da Comissão Examinadora do 1º concurso público para provimento dos cargos de Juiz Federal Substituto da 4ª Região, em 1990.

Titular da Comissão Examinadora do 2º concurso de Juiz Federal Substituto da 4ª Região - Portaria nº 62, de 18/11/1991.

Presidente da Comissão Examinadora do 2º concurso público para provimentos dos cargos de Juiz Federal Substituto da 4ª Região, em 1991.

Coordenador da Atividades da Associação dos Juizes Federais do Brasil na reforma constitucional ora em andamento, a partir de 20/5/1995 - Portaria 03/1995-AJUF.

Coordenador Nacional da AMB para Justiça Federal - Biênio 1995/1997.

Presidente da Comissão de Estudos relativos aos crimes de lavagem de dinheiro - Conselho da Justiça Federal.

Membro do Gabinete de Gestão Integrada da Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro - Ministério da Justiça.

Participante da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro - ENCLA para 2004; cria um novo sistema para combate à lavagem de dinheiro no Brasil.

Congressos e Encontros:

Congresso Latino-Americano de Direito do Trabalho, no México, 1974.

Presidente da Comissão de Direito do Trabalho do Congresso de Advogados do Rio Grande do Sul.

Participante dos *Encontros Estaduais de Advogados Trabalhistas*.

Participante do VII Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas, Vitória - ES, 1984.

Participante da I Jornada Latino-Americana de Direito Processual do Trabalho.

Participante do Ciclo de Conferências para Juizes Federais, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do CJE, Porto Alegre - RS, maio/1993.

Conferencista do II Simpósio de Direito (Direito Civil e Processual Civil, Gramado - RS, maio/1994.

Palestrante no Encontro Regional Jurídico, na Sede da Associação Comercial e Industrial de Cascavel - PR, maio/1994.

Palestrante da Aula Inaugural, no curso de pós-graduação em Direito Tributário da Universidade de Blumenau - SC, junho/1994.

Palestrante da Aula Inaugural, no curso de preparação para Juiz Federal Substituto, promovido pela AJURIS, Porto Alegre - RS, julho/1994.

Participante do Seminário Aspectos Jurídicos e Econômicos do Crédito Imobiliário, realizado pelo Centro de Debates e Estudos do Tribunal de Alçada Cível do Rio de Janeiro, Angra dos Reis - RJ, setembro/1994.

Participante do Seminário Regime Jurídico da Empresa Estatal, realizado pelo Centro de Debates e Estudos do Tribunal de Alçada Cível do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, novembro/1994.

Participante da Aula Inaugural do Centro de Estudos Judiciários, do Conselho da Justiça Federal, Brasília - DF, 10/3/1995.

Participante da 5ª Semana de Altos Estudos, promovida pela Escola Nacional da Magistratura, Manaus - AM, abril/1995.

Participante do Seminário Aspectos Jurídicos e Econômicos do Comércio Exterior, realizado pelo Centro de Debates e Estudos do Tribunal de Alçada Cível do Rio de Janeiro, Campinas - SP, maio/1995.

Participante do Ciclo de Estudos de Direito Penal e Processual Penal, Fortaleza - CE, 24 e 25/8/1995.

Participante do *I Simpósio de Direito Eleitoral e Partidário*, promovido pelo TRE/PR, de 15 a 17/8/1996, representando do TRE/RS.

Proferiu palestra sobre o tema *Recursos na Justiça Eleitoral*, no III Encontro de Estudos da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves - RS, de 22 a 24/8/1996.

Proferiu palestra sobre o tema *A Proteção do Consumidor e do Ambiente: Aspectos Cíveis, Penais e Processuais*, no 1º Encontro de Magistrados do Pantanal, Goiânia - GO, setembro/1996.

Participante do *39º Encontro Internacional de Magistrados*, organizado pela União Internacional de Magistrados, na condição de membro da delegação brasileira, representando o Brasil na III Comissão de Estudos, cujo tema foi *A Interrelação entre Mídia e o Processo Penal*, Amsterdã, de 22 a 26/9/1996, as línguas oficiais do encontro eram inglês e francês.

Participante do *I Congresso Nacional de La Judicatura Juez, Justicia y Sociedad*, representando a AMB, em San José, Costa Rica, de 30/10 a 2/11/1996.

Proferiu palestra sobre o tema *Crimes contra a Natureza*, na III Jornada brasileira sobre temas da justiça federal, promovida pela Universidade Federal de Santa Catarina, AJUFE e pela Fundação José Arthur Boiteux, Florianópolis - SC, de 4 a 6/6/1997.

Debatedor no painel *Direitos Humanos no Brasil e na América*, do XV Congresso Brasileiro de Magistrados, expositor o Deputado Hélio Bicudo, Recife - PE, outubro/1997.

Participante do *V Congresso dos Juizes Portugueses*, em Viseu, Portugal, de 6 a 9/11/1997.

Participante do *Congresso Internacional de Magistrados*, em Buenos Aires, Argentina, maio/1998.

Proferiu palestra sobre o tema *Crimes de Sonegação Fiscal*, no II Seminário *Justiça Federal e Sociedade*, Santa Maria - RS, de 4 a 6/6/1998.

Participante do Seminário *Aspectos Jurídicos do Sistema Financeiro*, no Hotel Praia do Forte, Bahia, de 10 a 13/9/1998.

Participante do *IX Ciclo de Estudos Jurídicos*, realizado pela Escola Superior da Magistratura de Goiás, Goiânia - GO, de 26 a 28/11/1998.

Participante do *1º Seminário de Estudos Jurídicos Integrado*, realizado em conjunto pelas Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu, FEMPAR - Fundação Escola do Ministério Público do Paraná e OAB, Foz do Iguaçu - PR, de 26 a 28/2/1999.

Participante do *Seminário Aspectos Jurídicos e Econômicos do Sistema de Financiamento Imobiliário*, promovido pela Escola Nacional da Magistratura, Salvador - BA, de 11 a 14/3/1999.

Palestrante na *IV Semana Acadêmica do Curso de Direito*, promovida pelo Diretório Acadêmico Percy Vargas de Abreu e Lima, Universidade de Caxias do Sul - RS, de 19 a 24/10/1998.

Proferiu palestra sobre o tema *Os Crimes contra a Administração Pública*, na IV Jornada Internacional de Direito, Centro Acadêmico Maurício Cardoso, PUC/, Gramado - RS, em 21 e 22/5/1999.

Conferencista da I Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal de Blumenau, sobre o tema *A Impunidade Administrativa*, Blumenau - SC, em 18/8/1999.

Participante do Seminário *Mercosul e Planos de Saúde*, realizado pela Escola Nacional da Magistratura, em Santiago, Chile, em 5 e 6/9/1999.

Participante do *XVI Congresso Brasileiro de Magistrados*, Gramado - RS, de 27 a 30/9/1999.

Participante do *Congresso Jurídico do Sistema Financeiro*, Cabo de Santo Agostinho - PE, de 30/3 a 2/4/2000.

Participante do *Seminário National Center for States Courts*, em Williamsburg e Washington, Estados Unidos, de 24 a 28/4/2000.

Palestrante do *I Encontro Nacional de Juizes Federais do Interior*, Ribeirão Preto - SP, de 11 a 13/5/2000.

Participante do *Seminário Aspectos Jurídicos das Telecomunicações*, em Nova

Iorque, Estados Unidos, de 29 a 31/5/2000.

Presidente da mesa do *Seminário Soluções para a Execução Fiscal no Brasil*, promovido pela AJUFE, de 25 a 27/7/2000.

Proferiu palestra sobre o tema *O Meio Ambiente e a visão do STJ*, na I Semana Jurídica do Curso de Direito do Instituto Superior de Ciências Aplicadas, em Limeira - SP, de 7 a 11/8/2000.

Proferiu palestra sobre o tema *Justiça Federal e a Eficácia da Prestação Jurisdicional*, no III Seminário Justiça Federal e Sociedade, Santa Maria - RS, de 5 a 7/10/2000.

Proferiu palestra sobre o tema *Cooperação Penal Internacional*, no I Encontro de Direitos Humanos, Direito Penal e Direito Militar, realizado no Hotel Nacional, Brasília - DF, de 16 a 18/11/2000.

Proferiu palestra sobre o tema *A Realidade da Administração da Justiça Federal - Painel I - A Administração dos Tribunais Brasileiros*, no 1º Congresso Brasileiro de Administração da Justiça, realizado do Centro de Estudos Judiciários, do CJF, Brasília - DF, de 6 a 8/12/2000.

Proferiu palestra sobre o tema *O Meio Ambiente na visão do STJ*, no 1º Seminário Regional AMC/ESMESC, Lages - SC, de 21 a 23/3/2001.

Proferiu palestra sobre o tema *Aspectos Relevantes do Direito Penal e Processual Penal na visão do STJ*, no XXXIV Curso de Atualização para Magistrados, Foz do Iguaçu - PR, em 1/4/2001.

Proferiu palestra sobre o tema *Tribunal do Júri*, no VI Encontro Nacional de Tribunal do Júri, Maceió - AL, de 13 a 15/6/2001.

Proferiu palestra sobre o tema *Crime e Castigo*, no 1º Congresso Regional de Política Criminal, realizado no Auditório Sérgio Bernardes do Hotel Tambaú, João Pessoa - PB, de 9 a 11/8/2001.

Proferiu palestra sobre o tema *O Poder Judiciário: Os Aspectos da Improbidade Administrativa no âmbito Civil e Penal; a Jurisprudência sobre a Lei nº 8.429/92*, no Simpósio *Os 10 anos da Lei da Improbidade Administrativa*, promovido pela Fundação Escola do Ministério Público do Paraná, em 21/9/2001.

Proferiu palestra sobre o tema *A Súmula 91 do STJ e a competência para Julgamentos dos crimes contra a Fauna e a Flora*, na 1ª Semana Internacional de Direito Ambiental da Fauna, promovida pela Ministério Público da Bahia e pelo Instituto *O Direito por um Planeta Verde*, em 3/10/2001.

Proferiu palestra sobre o tema *As Implicações da Lei dos Crimes Hediondos nos Crimes Sexuais*, no II Seminário Dos Direitos que se têm aos Direitos que se quer, em 27/11/2001.

Participante do Seminário *Aspectos Econômicos e Jurídicos da Energia no Brasil*, realizado pelo Centro de Estudos e Debates - CEDES, Ilha de Comandatuba - BA, de 12 a 14/4/2002.

Proferiu palestra sobre o tema *A Evolução da Jurisprudência do Direito Ambiental no Superior Tribunal de Justiça*, no III Congresso de Direito Ambiental do Estado de Rondônia, em 5/4/2002.

Proferiu palestra sobre o tema *Interiorização da Justiça Federal e dos Tribunais*, no Seminário de Direitos Humanos e Acesso à Justiça Federal, Ribeirão Preto - SP, em 17/6/2002.

Proferiu palestra sobre o tema *O Meio Ambiente na Visão do Superior Tribunal de Justiça*, no I Congresso de Direito Ambiental da Universidade Santa Cecília, realizado no período de 26 a 28/9/2002, em Santos - SP.

Proferiu palestra sobre o tema *A evolução da jurisprudência ambiental no Superior Tribunal de Justiça*, no II Congresso Nacional de Direito, promovido pela Universidade de Caxias do Sul, no período de 6 a 9/11/2002, em Caxias do Sul/RS.

Proferiu palestra sobre o tema *A Lavagem de Dinheiro e a Análise no STJ*, no II Seminário da Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação da Secretaria da Receita Federal - COPEI/SRF, no período de 19 a 21/11/2002, em Recife/PE.

Conferencista no IV Encontro Nacional da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão e no Seminário *A Defesa do Patrimônio Público e Social e a Lei de Improbidade*

Administrativa, realizado no período de 11 a 13/12/2002, na Procuradoria Geral da República.

Conferencista no V *Seminário de Direito Ambiental* realizado nos dias 27 e 28/3/2003, em Rio Branco/AC.

Palestrante na XXI Semana de Estudos Jurídicos da Universidade Regional de Blumenau – FURB – Santa Catarina, período de 8 a 11/10/2003.

Proferiu a palestra *Crime Organizado: procedimentos investigatórios*, no simpósio O Supremo Tribunal Federal e os Novos Direitos Constitucionais – 15 anos de Constituição: perspectivas e desafios, realizado no Centro Cultural da Justiça Federal no Rio de Janeiro, nos dias 17 e 18/11/2003.

Conferecista, do XX Encontro Nacional dos Procuradores da República, realizado em Florianópolis-SC, no período de 28/10 a 2/11/2003, debatendo o tema: *Lavagem de Dinheiro: Mecanismos de Combate*.

Proferiu palestra sobre o tema: *Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro*, na VIII Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal em Criciúma – SC, no dia 14/11/2003.

Conferencista, no VII Encontro de Juízes Federais da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – Crime Organizado – realizado em Manaus/AM, no período de 5 a 7/11/2003, com o tema *Lavagem de Dinheiro – Cooperação Internacional – Cooperação Interna – Varas Especializadas*.

Proferiu palestra sobre o tema *Aspectos Jurídicos do Combate à Lavagem de Dinheiro*, no evento Segundas Culturais dirigido a Magistrados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, das Procuradorias do Estado e do Município, advogados, serventuários da Justiça, estagiários e estudantes de Direito, organizado pela AMAERJ – Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, no dia 16/2/2004.

Conferencista no período de 29 a 30/1/2004, em evento realizado pelo *Institute for International Research*, em de São Paulo/SP, com o tema *Lavagem de Dinheiro e Crimes Financeiros*.

Palestrante no 1º *Ciclo de Debates – O novo Código Civil e seus reflexos no Direito do Trabalho*, realizado em Fortaleza/CE, em 5/3/2004.

Proferiu palestra sobre o tema *Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro: Uma visão Pragmática*, no Seminário Professor Claus Roxin – Direito Penal Econômico, realizado pela CESUPA, no período de 18 a 20/3/2004, Cidade de Porto Alegre/RS.

Participação, como membro da delegação brasileira, na Primeira rodada de negociação de Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal, realizado em Londres – Inglaterra, no período de 18 a 24/10/2003.

Palestrante no Seminário Inovações da Justiça no Combate à Criminalidade, realizado pela Corregedoria-Geral do Tribunal Regional da 2ª Região, em 26/3/2004.

Participação no Seminário *Aspectos Polêmicos da Atividade do Entretenimento*, realizado de 11 a 14/3/2004, em Mangaratiba/RJ, pela Academia Paulista de Magistrados.

Participação como palestrante, no IV Congresso Nacional de Direito Penal do Rio de Janeiro, no período de 22 a 24/4/2004.

Palestrante no II Congresso Regional da Escola de Magistratura do Paraná – Núcleo de Cascavel e da II Semana jurídica da Univel, nos dias 12, 13 e 14/5/2004, em Cascavel, Paraná.

Palestrante no Seminário de Direito Ambiental – Ano VI – realizado em Belém/PA, no período de 17 e 18/5/2004, com o tema *O Meio ambiente, a proteção jurídica da flora e sua repercussão nos tribunais superiores*.

Integrou a delegação brasileira na XV Reunião Plenária do Grupo de Ação Financeira contra à Lavagem de Dinheiro (GAFI/FATF), realizada em Paris/França, no período de 26/6 a 3/7/2004.

Palestrante, da 1ª Jornada de Estudos da Justiça Federal do Centro-Oeste Paulista, no período de 24 a 28/5/2004, em Marília-SP.

Palestrante no 1º Encontro Sul-Brasileiro da ABMP – Mudanças do Eca em

discussão: Adoção e Execução de Medidas Sócio-Educativas, realizado em Florianópolis/SC, no período de 5 a 7/8/2004.

Palestrante na Aula Magna Inaugural da Escola da Magistratura Federal do Paraná, com o tema *Crime de Lavagem de Dinheiro*, em Curitiba, no dia 1/8/2004.

Palestrante, no Encontro Internacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, realizado nos dias 1 e 2/9/ 2004, no Superior Tribunal de Justiça.

Palestrante no II Congresso Nacional da Magistratura e Ministério Público para o Meio Ambiente, realizado de 1 a 3/9/2004, em Araxá - MG.

Palestrante no Encontro de Promotores de Justiça e Desembargadores do estado do Rio Grande do Norte - Natal - RN, em 10/9/ 2004, com o tema *O Habeas Corpus na visão dos Tribunais Superiores*.

Presidente de mesa no Encontro Nacional Sobre o Combate e a Prevenção à Lavagem de Dinheiro - Cooperação Jurídica Internacional, realizado nos dias 25 e 26/10/2004, no Conselho da Justiça Federal.

Painelista na Jornada de Direito Internacional e Comparado, realizado em 26/10/2004, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Palestrante no II Simpósio de Estudos da Justiça Federal de Umuarama, com o tema *Crimes de Lavagem de Dinheiro*, em 6/11/ 2004.

Palestrante na Semana Jurídica *Evandro Lins e Silva*, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, no período de 10 a 12/11/2004, com o tema *Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro e Instrumentos Legais Probatórios*.

Representante do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, no IV Congresso Nacional de Direito da Universidade Federal de Caxias do Sul - RS, em que proferiu a palestra *Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro e Instrumentos Probatórios*.

Palestrante no III Seminário Jurídico do Núcleo Estadual da Escola Superior do Ministério Público da União em Minas Gerais/MPM, no dia 25 de novembro de 2004 em Juiz de Fora - MG, com o tema *As perspectivas de Atuação do Poder Judiciário frente às Organizações Criminosas: a Criação das Varas Especializadas*.

Coordenador do 7º painel, o qual versou sobre O Recurso Excepcional no Âmbito Penal - Particularidades, no 2º Seminário sobre os Aspectos Controvertidos dos Recursos Excepcionais, organizado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Jurídicas e pela Associação Paulista dos Advogados do Banco Brasil, em 26/11/ 2004, em São Paulo -SP.

Palestrante no VII Encontro de Magistrados Federais da 2ª Região, no período de 25 a 28/11/ 2004.

Conferencista no I Fórum Brasileiro de Combate à Corrupção na Administração Pública, com o tema *A Corrupção como Fonte Geradora e Alimentadora da Macrocriminalidade*, nos dias 13 e 14/12/ 2004, em Brasília - DF.



GILSON LANGARO DIPP

DECLARAÇÃO

Eu, **GILSON LANGARO DIPP**, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, portador da cédula de identidade RG nº 7029.76.8004-SSP-RS e do CPF Reg. Nº 070.200.580-00....., declaro, em cumprimento ao disposto na Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, artigo 5º, inciso IV, que não sou membro do Congresso Nacional, ao Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; declaro, ainda, que não mantenho relação conjugal, união estável ou parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com membro ou servidor desses poderes.

Por ser expressão da verdade e, sob as penas da lei, subscrevo-me.

Brasília, 08 de agosto de 2008



GILSON LANGARO DIPP

DECLARAÇÃO

Eu, **GILSON LANGARO DIPP**, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, portador da cédula de identidade RG nº 70.2976.8004-SSP-RS e do CPF Reg. Nº 070.300.580-00....., declaro, em cumprimento ao disposto na Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, artigo 5º, inciso II, que não existem procedimentos de natureza criminal ou administrativo-disciplinar contra minha pessoa; declaro, ainda, não ter sofrido quaisquer sanções criminais ou administrativo-disciplinares.

Por ser expressão da verdade e, sob as penas da lei, subscrevo-me.

Brasília,⁰⁸..... deagosto..... de 2008



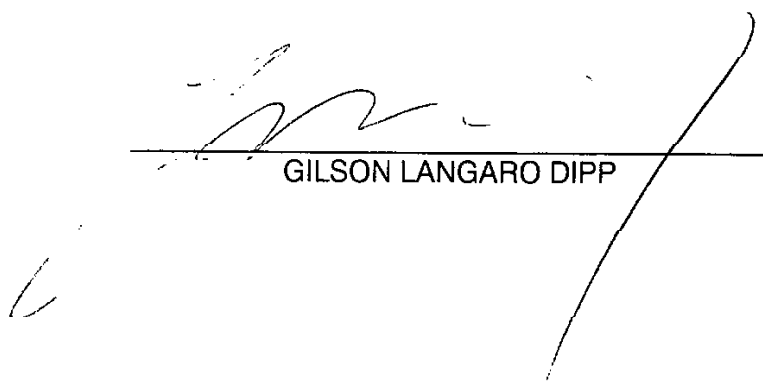
GILSON LANGARO DIPP

DECLARAÇÃO

Eu, **GILSON LANGARO DIPP**, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, portador da cédula de identidade RG nº 70.297.68004-SSP-RS e do CPF Reg. Nº 070.200.580-00....., declaro, em cumprimento ao disposto na Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, artigo 5º, inciso II, que não mantenho relação conjugal, união estável ou parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com membro ou servidor do C. Superior Tribunal de Justiça.

Por ser expressão da verdade e, sob as penas da lei, subscrevo-me.

Brasília, 08 de agosto de 2008



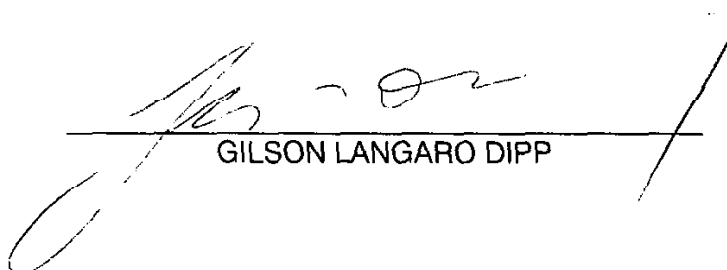
GILSON LANGARO DIPP

DECLARAÇÃO

Eu, **GILSON LANGARO DIPP**, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, portador da cédula de identidade RG nº 70.29.76.8004-SSP^{RS} e do CPF Reg. Nº 070.200.580-00, declaro, em cumprimento ao disposto na Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, artigo 5º, inciso V, que renuncio ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou a integrar lista para ingresso em qualquer Tribunal, durante meu mandato de Conselheiro perante o E. Conselho Nacional de Justiça e até 2 (dois) anos após o seu término.

Por ser expressão da verdade e, sob as penas da lei, subscrevo-me.

Brasília, 08 de agosto de 2008



GILSON LANGARO DIPP

Ofício nº 307/GDG-STJ

Brasília, de agosto de 2008.

À Senhora
CLÁUDIA LIRA
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Brasília – DF

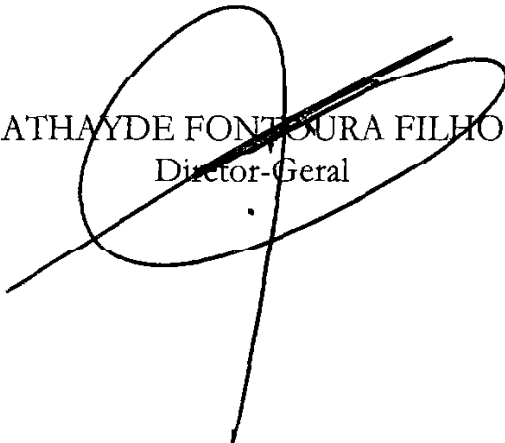
Senhora Secretária,

Encaminho a Vossa Senhoria em cumprimento às normas regimentais dessa Secretaria cópia da Ata da Sessão Plenária desta Corte, datada de 5 de agosto corrente, que elegeu o Ministro Cesar Asfor Rocha como Presidente, o Ministro Ari Pargendler como Vice-Presidente e o Ministro Gilson Langaro Dipp como Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça.

2. Informo que a posse dos novos dirigentes do STJ está prevista para o próximo dia 3 de setembro, às 15 horas.

Atenciosamente,

ATHAYDE FONToura FILHO
Diretor-Geral



PLENÁRIO

ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 2008 ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL ELEIÇÃO DO MINISTRO-CORREGEDOR DO CNJ

Às dezoito horas do dia cinco de agosto do ano de dois mil e oito, na Sala de Sessões Plenárias do Superior Tribunal de Justiça, reuniram-se os Ministros CESAR ASFOR ROCHA, Presidente em exercício, NILSON NAVES, ARI PARGENDLER, FERNANDO GONÇALVES, FELIX FISCHER, ALDIR PASSARINHO JUNIOR, GILSON DIPP, HAMILTON CARVALHIDO, ELIANA CALMON, PAULO GALLOTTI, FRANCISCO FALCÃO, NANCY ANDRIGHI, LAURITA VAZ, LUIZ FUX, JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TEORI ALBINO ZAVASCKI, CASTRO MEIRA, DENISE ARRUDA, ARNALDO ESTEVES LIMA, MASSAMI UYEDA, HUMBERTO MARTINS, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, HERMAN BENJAMIN, NAPOLEÃO MAIA FILHO, SIDNEI BENETI, JORGE MUSSI, OG FERNANDES, LUIS FELIPE SALOMÃO e MAURO CAMPBELL MARQUES. Afastado do exercício de suas funções o Ministro PAULO MEDINA.

MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO): Srs. Ministros, havendo número legal, declaro aberta esta Sessão Plenária, que tem por finalidade eleger o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal para o biênio 2008/2010 (art. 18, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno), bem como o Ministro Corregedor do Conselho Nacional de Justiça (art. 103, b, § 5º, da Constituição Federal).

Solicito ao eminente Ministro Nilson Naves que, na qualidade de Decano, assumam a Presidência desta Sessão.

MINISTRO NILSON NAVES (DECANO): Srs. Ministros, iniciemos com a eleição do Presidente, conforme é da nossa tradição, uma tradição que nos vem do Tribunal Federal de Recursos. Aquele Tribunal seguia a tradição do Supremo Tribunal. Elegemos de acordo com a ordem de antiguidade no Tribunal.

Assumo momentaneamente a Presidência para dirigir os trabalhos desta eleição. Pela ordem de antiguidade, a vez é do nosso atual Vice-Presidente, Ministro Cesar Asfor Rocha.

Designo como escrutinadores os Srs. Ministros Ari Pargendler, Felix Fischer e Gilson Dipp e determino que as cédulas sejam distribuídas.

MINISTRO ARI PARGENDLER (ESCRUTINADOR): Sr. Presidente, este é o resultado da eleição para Presidente do Tribunal: Sr. Ministro Cesar Asfor Rocha: 28 votos. Sr. Ministro Ari Pargendler: 1 voto.

MINISTRO NILSON NAVES (DECANO): Srs. Ministros, com base na apuração que acaba de ser concluída, declaro eleito como Presidente deste Tribunal, para o biênio 2008/2010, o Sr. Ministro Cesar Asfor Rocha.

Sr. Ministro, em nome dos Colegas e também em meu próprio nome, receba o nosso cordial abraço; abraço de amigo, abraço de irmão, e os nossos sinceros votos; votos de realizações e votos de felicidades, já conscientes de que V. Exa. haverá antes de zelar pela guarda do alto nome do Superior Tribunal de Justiça.

Passo a Presidência a V. Exa.

MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA (PRESIDENTE ELEITO): Eminentes Colegas, amigos todos, Colegas de ontem, Colegas de hoje, eminentes Magistrados, ilustres servidores, eminentes advogados, senhoras e senhores, agradeço a todos e a cada um dos meus eminentes Colegas terem me distinguido com a eleição para a Presidência do Superior Tribunal de Justiça com a plena consciência de que se trata de uma escolha voluntária que muito me honra e, mais ainda, me dignifica na salutar sequência da antigüidade decrescente dos eminentes integrantes desta Casa.

Procurarei, com o maior dos meus empenhos, estar à altura dessa investidura e envidarei todos os meus esforços para manter e ampliar a saudável convivência dos Srs. Ministros e das Sras. Ministras, as boas, respeitadas e profícuas relações com o Congresso Nacional, com a Câmara dos Deputados e com o Senado Federal, cujas lúcidas e patrióticas contribuições espero e confio obter constantes melhorias da nossa legislação processual que possam conduzir o STJ ao verdadeiro caminho de suas funções constitucionais, apreciando as questões e as teses de maior relevo para a cidadania do País e fortalecendo a autonomia dos tribunais de justiça e regionais federais no que tange às matérias fáticas eivadas de controvérsias jurídicas.

Agindo sempre em sintonia com os mesmos elevados propósitos lançados pelo Supremo Tribunal Federal, sempre entendi que devemos prestigiar as instâncias ordinárias, reconhecendo o grande valor dos Colegas Magistrados de 1º Grau. Estarei em contato permanente com as Associações dos Magistrados e dos Servidores. Sempre estarei com o espírito aberto para conversar com a Ajufe e a AMB.

Minha experiência no Conselho da Justiça Federal, como Coordenador, no Tribunal Superior Eleitoral, como Ministro e Corregedor-Geral, e no Conselho Nacional de Justiça, como Corregedor Nacional, deram-me a convicção de que o Brasil dispõe do melhor quadro de juízes do mundo, mas precisamos estabelecer um choque de gestão no Judiciário a fim de que possamos distribuir justiça a caso concreto a tempo de que o seu beneficiário desfrute da sua vitória.

Manterei com o Chefe do Poder Executivo da União e com os seus Ministros respeitoso, harmônico e independente relacionamento de ordem institucional como também com o Ministério Público e com os advogados do Brasil, sempre destacando que sou integrante do chamado Quinto Constitucional.

Seguro de que esse caminho de equilíbrio leva ao bom senso, aplaina as ambições individuais e faz preponderar o espírito de construção de relações estáveis e elevadamente cívicas, darei especial atenção à problemática da remuneração diferenciada dos Magistrados com base no seu tempo de dedicação ao serviço público judiciário que constitui o grande patrimônio intangível dos que se devotam às carreiras do Estado. Envidarei esforços para que seja restaurada a cultura desta augusta Casa de respeito aos Ministros, aos servidores e à nossa hierarquia interna, priorizando o aumento da nossa auto-estima.

Aos servidores, quero dizer que estarei atento às suas postulações de construção de uma creche, de estacionamento externo, de procurar corrigir o auxílio-alimentação e de procurar estabelecer diretrizes para um plano de previdência complementar.

Não hesitarei em buscar conselhos e ponderações dos mais sábios deste Tribunal, os de ontem e os de hoje, e dos que já se tornaram admiráveis pela prudência e pela magnitude espiritual com que enfrentaram e ainda enfrentam serenamente os desafios que são tão próprios da complexidade das funções que desempenhamos.

Agradeço mais uma vez a todos pela confiança agora depositada e confio em Deus que tudo nos ocorrerá por uma melhor Justiça.

Muito obrigado.

Passaremos à eleição do Vice-Presidente, em decorrência de minha eleição para Presidente deste Tribunal.

Pela ordem de antiguidade, tão consagrada nesta Casa, a vez é do eminente Ministro Ari Pargendler.

Indico como escrutinadores os Srs. Ministros Nilson Naves, Fernando Gonçalves e Aldir Passarinho Junior.

Srs. Ministros, quero assinalar as presenças muito honrosas para esta Corte do eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, do egrégio Supremo Tribunal Federal, que sempre tem prestigiado o Superior Tribunal de Justiça em todos os seus momentos, do eminente Ministro Costa Leite, ex-Presidente desta Casa, do quase Ministro, porque falta apreciação pelo Senado Federal, Desembargador Benedito Gonçalves, e do Desembargador Fernando Ximenes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, meu Estado de origem.

MINISTRO NILSON NAVES (ESCRUTINADOR): Sr. Presidente, este é o resultado da eleição para Vice-Presidente do Tribunal: Sr. Ministro Ari Pargendler: 28 votos, Sr. Ministro Fernando Gonçalves: 1 voto.

MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA (PRESIDENTE ELEITO): A Presidência, com base na apuração que acaba de ser concluída, declara eleito Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça o eminente Ministro Ari Pargendler, destacando os valores de S. Exa. como correto Magistrado, extraordinária figura humana, homem de

muita cultura e de muito amor à Magistratura. Tenho a certeza de que, tendo S. Exa. ao meu lado durante a minha Presidência, contarei com seus sábios conselhos e, sem dúvida nenhuma, terei facilitado o caminho ao presidir esta Corte.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Ari Pargendler.

MINISTRO ARI PARGENDLER (VICE-PRESIDENTE ELEITO):

Sr. Presidente, agradeço as palavras de V. Exa., ditadas pela nossa amizade. Agradeço, também, aos eminentes Colegas a confiança que depositaram em mim, embora enfatizando o fato de que a minha eleição realmente decorre da minha antiguidade no Tribunal.

Muito obrigado.

MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA (PRESIDENTE ELEITO): Em face da minha eleição para Presidente deste Tribunal, temos que proceder, agora, à eleição do Ministro Corregedor do Conselho Nacional de Justiça.

Pela ordem de antiguidade, a vez é do Sr. Ministro Ari Pargendler. Contudo, S. Exa. declinou desse encargo, porque preferiu entregar-se inteiramente aos trabalhos da Vice-Presidência.

O Sr. Ministro Fernando Gonçalves, por já ter mais de sessenta e seis anos de idade – embora não pareça – não pode, portanto, assumir a Corregedoria. O Sr. Ministro Felix Fischer, por estar como Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral, como Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, abre mão, no momento, de ocupar a Corregedoria. E o Sr. Ministro Aldir Passarinho Junior também declinou da possibilidade de assumi-la.

De sorte que, pela ordem de antiguidade, tão consagrada nesta Corte, a vez é do eminente Ministro Gilson Dipp.

Mantenho os mesmos escrutinadores. As cédulas de votação serão distribuídas e recolhidas em urna própria.

MINISTRO NILSON NAVES (ESCRUTINADOR): Sr. Presidente, este é o resultado da eleição para Corregedor do Conselho Nacional de Justiça: Sr. Ministro Gilson Dipp: 28 votos. Sr. Ministro Hamilton Carvalhido: 1 voto.

MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA (PRESIDENTE ELEITO): A Presidência, com base na apuração que acaba de ser concluída, declara eleito Corregedor do Conselho Nacional de Justiça o eminente Ministro Gilson Dipp.

Antes de conceder a palavra ao Sr. Ministro Gilson Dipp, quero destacar que, para mim, é uma imensa satisfação que eu tenha V. Exa., Ministro Gilson Dipp, como substituto na Corregedoria.

É um cargo muito pesado, daqueles em que, via de regra, se consegue fazer mais amizades passageiras e inimizades permanentes. Sei que V. Exa. tem o pendor para o exercício dessas funções tão difíceis, porque tem uma vocação muito grande para corrigir distorções, sobretudo as distorções singulares. E maior ainda é a vocação de V. Exa. para estabelecer pontos estratégicos de uma melhoria da prestação jurisdicional – esse é o

grande viés, em real verdade, do Conselho Nacional de Justiça, que só mais recentemente está sendo destacado na atuação daquele Órgão.

Desejo a V. Exa., uma vez tendo o nome aprovado pelo Senado Federal, a quem cabe discernir sobre a aprovação, os melhores votos de atuação como Corregedor.

Concedo a palavra a V. Exa.

MINISTRO GILSON DIPP (MINISTRO-CORREGEDOR ELEITO):

Sr. Presidente, Srs. Ministros, senhores servidores, primeiramente, gostaria de agradecer as palavras bondosas de V. Exa., as quais não mereço.

Segundo, face a tantas defecções, acabei sendo suplente, beneficiado com a intimidade. Espero ser o décimo segundo jogador a entrar em campo e poder cumprir essa missão.

Quero agradecer, com todo carinho, a manifestação de meus Pares. Sei que o encargo é pesado, mas tenho muito orgulho em ocupar, se o Senado Federal assim o quiser, a vaga destinada ao Superior Tribunal de Justiça no Conselho Nacional de Justiça, esse Órgão tão novo que pretende e vai fazer com que as políticas públicas do Poder Judiciário sejam efetivadas, e dizer que a minha responsabilidade é maior ainda, porque estou a merecer a confiança que já foi dada a V. Exa. e ao Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro.

Muito obrigado.

MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA (PRESIDENTE ELEITO):

Agradeço a participação dos eminentes Ministros Nilson Naves, Ari Pargendler, Fernando Gonçalves, Felix Fischer, Aldir Passarinho Junior e Gilson Dipp pelo desempenho como escrutinadores.

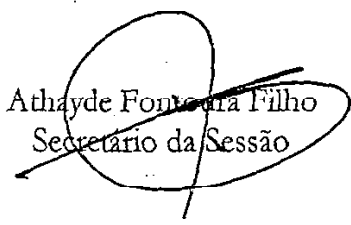
Aproveito a oportunidade para sugerir aos Colegas o dia 3 de setembro para a posse dos novos dirigentes do Superior Tribunal de Justiça. Se não houver nenhum voto em sentido contrário, essa data ficará já consignada como a data da posse.

Com os agradecimentos gerais, declaro encerrada a sessão.

A Sessão foi encerrada às dezoito horas e vinte e cinco minutos.

Brasília, 5 de agosto de 2008.


Ministro CESAR ASFOR ROCHA
Presidente em exercício


Athayde Fontoura Filho
Secretário da Sessão

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 13/8/2008.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
(OS:14709/2008)